



Apresentação

*Turismo: entrecruzamentos de cultura, memória e desenvolvimento: uma introdução**

Tourism: intersections of culture, memory and development: an introduction

Júlio César Valente Ferreira¹

* Recebido em: 30.01.2020. Aprovado em: 28.04.2020.

¹ Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Professor adjunto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) – E-mail: jevferreira@hotmail.com.

Resumo: o artigo tem como objetivo introduzir uma discussão sobre as possibilidades de articulação entre as questões da cultura, da memória e do desenvolvimento no campo do turismo, o qual postulo que hoje se constitui como um campo transdisciplinar, visto a necessidade de um construto próprio que permita abarcar todos os entrecruzamentos verificáveis entre os campos do conhecimento já estabelecidos cientificamente. Esta introdução também pretende apresentar os artigos do dossiê de mesmo nome, articulando-os entre si e com as considerações postas ao longo deste escrito, compreendendo a transdisciplinaridade do campo do turismo.

Palavras-chave: Turismo. Cultura. Memória. Desenvolvimento.

Abstract: the article aims to introduce a discussion on the possibilities of articulation between the issues of culture, memory and development in the field of tourism, which I postulate that today is constituted as a transdisciplinary field, given the need for its own construct that allows encompass all verifiable intersections between the fields of knowledge already established scientifically. This introduction also intends to present the articles in the dossier of the same name, articulating them with each other and with the considerations presented throughout this writing, considering the transdisciplinarity of the tourism field.

Keywords: Tourism. Culture. Memory. Development.



² O próprio autor enfatiza na publicação o caráter de tipo ideal weberiano do conceito de não-lugar.

³ Neste artigo não me atei às diferentes concepções epistemológicas sobre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Para este debate, dentre outras possibilidades de leitura, recomendo os escritos de Gondar (2005) e Sommerman (2006). Aqui, assumirei o campo do turismo como transdisciplinar em virtude de acreditar que não mais é possível o estudo do turismo a partir de uma rede de conhecimentos mediados por determinadas competências. Opto por considerá-lo como um campo transdisciplinar, sem fronteiras sólidas entre disciplinas, as quais, no máximo, se destacam em pontos, sem um prévio ordenamento, de uma estrutura rizomática.

É significativo o aumento do turismo nas últimas décadas e a importância de sua cadeia produtiva nos aspectos macro e microeconômicos das sociedades. Porém, o turismo não é e nem pode ser visto apenas como uma atividade econômica, sendo também repleta de representações, resistências e valores (BARRETTO, 2007) (URRY, 2001). Considerando o turismo como ferramenta indutora de programas de desenvolvimento e crescimento econômico, consequências como impactos nos âmbitos naturais e culturais nos territórios onde se opera são esperadas e demandam por estudos que dotem de ferramentas adicionais as configurações dos desenhos das políticas na área (BARRETTO, 2007) (BRASILEIRO, MEDINA e CORIOLANO, 2012) (TAVARES, 2019).

Da visita a lugares exóticos e paradisíacos à permanência temporária nas gigantes e intrincadas metrópoles, o turismo é uma importante variável espacial no que tange às considerações sobre a experiência do novo, do diferenciado, isto é, daquilo que foge aos paradigmas cotidianos. Esta reflexão sócio-espacial permite-nos inclusive enfatizar a relatividade do conceito de não-lugar formulado por Augé (1994)², entendendo que incorpora duas realidades complementares: espaços cujos sentidos de lugar seriam conformados por terceiros, isto é, o espaço socialmente construído por aqueles que não o ocupam, por quem permanecem sempre de forma provisória e pontual (sem sequer estabelecendo uma sazonalidade particular, sendo ela modelada por fluxos de pessoas) no intuito de satisfazer determinada demanda (comércio, trânsito,

lazer) e a relação que estes indivíduos estabelecem com esses espaços.

A complexidade do turismo exige uma abordagem transdisciplinar (ao invés de interdisciplinar, visão com a qual sempre mais me identifiquei³). Contemplando temas como comunidade, desenvolvimento turístico, análise de risco, transformações socioculturais, políticas públicas, adequação e criação de métodos de pesquisa, e marketing, três grandes temáticas são delineadas para o campo do turismo: (i) estudos de mercado (ii) relações com as comunidades (iii) projetos de desenvolvimento e sustentabilidade (GAZONI; BRASILEIRO e WIESINIESKI, 2020).

A partir do momento em que o turismo se configura em uma cadeia produtiva, ele passa a ser tratado como “negócio” ou “indústria”, estimulando a amplificação da miríade de possibilidades de configuração desta cadeia ao incorporar a biodiversidade como ativo, ao reinterpretar e ressignificar patrimônios materiais e imateriais, ao demandar novos modelos de negócios que consigam abarcar as demandas cada vez mais específicas, particulares do produto turístico no mercado, incorporando a variável do desenvolvimento regional para equacionar um planejamento integrado e sustentável do turismo (BRASILEIRO, MEDINA e CORIOLANO, 2012) (TAVARES, 2019).

No Brasil, Brito (2016) associa o crescimento do turismo ao investimento público, considerando o setor como estratégico em virtude da desindustrialização do parque fabril e do agronegócio



depende cada vez menos de mão-de-obra, forçando uma massa de trabalhadores a ingressar no setor de serviços. O turismo possui o potencial de atingir diversos mercados internacionais (sem esquecer o próprio mercado interno, claro) e praticamente não necessita de acordos bilaterais ou multilaterais para sua consecução. O autor corrobora sua tese ao constatar os investimentos públicos federal, estaduais e municipais em ações no intuito de projetar sua conjuntura turística em níveis nacional e internacional. Porém, gostaria de deixar claro que os agentes privados são fundamentais nesta “economia mutante da indústria turística”, valendo-me das palavras de URRY (2001, p. 63), pois o relacionamento do olhar do turista com os integrantes da cadeia produtiva do turismo é muito problemático, demandando soluções locais com o envolvimento das partes interessadas neste processo (BARRETTO, 2007) (BRASILEIRO; MEDINA e CORIOLANO, 2012) (TAVARES, 2019) (URRY, 2001).

Considerando o contexto internacional, Brito (2016) aponta os desafios do turismo, considerando sua inserção em perspectivas, de níveis macro, desafiadoras ao cenário mercadológico das atividades turísticas. Guerras, crises econômicas, endemias, conflitos e atentados estão às voltas com o turismo; situações estas que possibilitam a migração de destinos preferenciais para outros, desafiando possibilidades de cristalizações da segmentação do mercado turístico, com a configuração de novos destinos e espaços turísticos diferenciados.

No intuito de estar atento aos princípios de sustentabilidade, cada vez mais preconizados pelos modelos de desenvolvimento, Beni (2011) afirma que o turismo, mais do que qualquer outro no setor de serviços, apresenta grande sensibilidade a toda alteração situacional. A pandemia da COVID-19 revela o quanto o turismo é um nicho de mercado muito variante às oscilações da economia, do câmbio, bem como das flutuações sazonais da demanda, além de outros riscos como alterações geológicas, crises logísticas e instabilidades políticas e sociais. Por outro lado, a participação do turismo no PIB de vários países vem crescendo de forma acelerada e contribuindo efetivamente na geração de empregos. Nos países em desenvolvimento, a atividade turística chega a representar 40% do PIB (MECCA e GEDOZ, 2020).

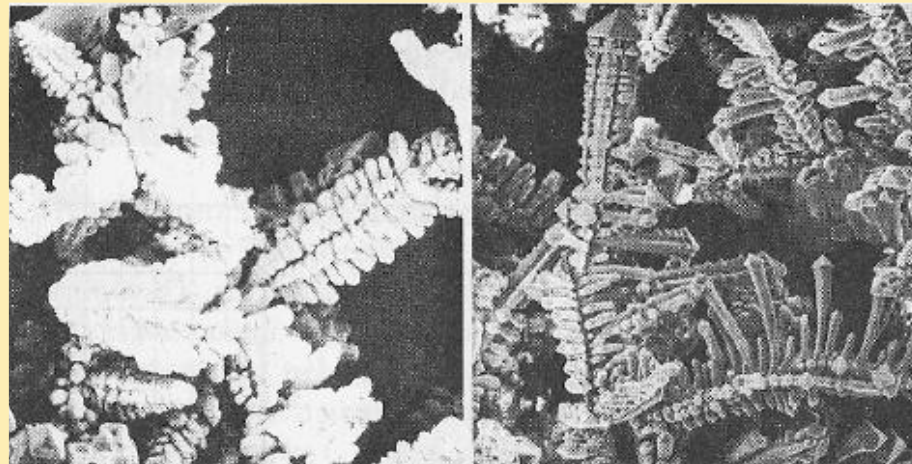
Pensando rizomas, refletindo dendritas

Além da estrutura rizomática, outro tipo de estrutura que pode colaborar na modelagem destes entrecruzamentos não mais reticulados em rede é aquela conhecida como dendrítica, verificável, por exemplo, nos estudos de solidificação de metais. Uma dendrita é uma estrutura com ramos repetitivos característicos dos processos de crescimento do cristal. Eles são formados durante o resfriamento do metal fundido (Figura 1), quando o processo não é rigorosamente controlado (o que somente ocorre quando há a necessidade estrita de estruturas monocristalinas) e a forma é produzida pela ação de um



processo de crescimento rápido ao longo de direções cristalográficas energeticamente favoráveis (GARCIA, 2007) (ONNO, 1988).

Figura 1 – Exemplo de estruturas dendríticas de ferro obtidas na solidificação de lingotes de aço



Fonte: ONNO (1988)

Desta forma, a metodologia de análise dos trabalhos que compõe este dossiê não ocorrerá de forma reticulada. Os entrecruzamentos rizomáticos e/ou dendríticos surgem nos debates suscitados pelos próprios trabalhos, sendo aqui destacados eixos orientadores primários destas estruturas. Pensando de forma dendrítica, os artigos deste dossiê se posicionam em ramos principais para posteriores desdobramentos configuracionais. Neste sentido, de acordo com a tipologia empregada pelo Ministério do Turismo (2010), os trabalhos deste dossiê se encontram posicionados nos ramos do turismo cultural, do turismo de negócios e eventos e/ou do turismo rural.

Os entrecruzamentos: rizomas e dendritas

O artigo de Maria Amália de Oliveira tem como objetivo discutir as dimensões da adjetivação do turismo dispensadas ao patrimônio, mediadas pelo suporte da memória, da construção de identidades e de “projetos de nação”, no interior da plataforma discursiva governamental. Inicialmente, a autora apresenta a trajetória da noção de patrimônio, relacionando-a aos conceitos de memória, identidade e turismo. Nesta primeira parte, a autora empreende um extenso (e importante) histórico analítico da trajetória de uma política nacional de proteção do patrimônio e debate as variabilidades das interpretações sobre o patrimônio desde o século XIX. Na segunda parte do artigo, a autora lança sua reflexão sobre a adjetivação em questão e como um conjunto de bens, cujo valor simbólico remonta à própria representação de nação contida na plataforma discursiva governamental, foi escolhido e propagado pelo e para o turismo. Desta forma, a pesquisa empreendida pela autora chama atenção à relação entre turismo e patrimônio, tendo a atividade turística uma função de subsidiar a preservação do patrimônio; em especial aquele relacionado ao conjunto de símbolos que representam o projeto de nação, corroborando, segundo Gonçalves (2009), a importância do patrimônio como categoria de pensamento extremamente importante para qualquer coletividade humana, tangenciando as diversas formas de autoconsciência cultural (GONÇALVES, 2009), assim retornando à temática do projeto de



nação, conjugando aquilo que é eleito pelo Estado com o que é respaldado pela comunidade. O uso do conceito de “documentos etnográficos nativos” é bem interessante no que tange ao fato de analisar o acervo documental através das considerações de quem produziu: as “vozes nativas do turismo”. Um exemplo destas vozes é encontrado no artigo de Maria Helena Carmo dos Santos sobre a região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Também como exemplos destas vozes, os artigos de Carlos Roberto Cáceres e Fabián Claudio Flores e Darío Windholz mostram esta operacionalização na configuração do turismo rural em dois estudos de caso realizados na Argentina. Por fim, a autora destaca que, ao adjetivar o patrimônio como turístico, a dimensão conceitual apresenta-se, sendo importante este apontamento devido ao caráter (que considero) transdisciplinar (muito longe do delineamento mais claro dos conceitos e categorias de campos disciplinares já estabelecidos) do campo do turismo, de acordo com o que já assinalo na parte inicial deste artigo, subsidiado pelas reflexões de Gondar (2005) e Sommerman (2006).

O artigo de Maria Helena Carmo dos Santos lança luz sobre o processo de requalificação do espaço urbano da região portuária da cidade do Rio de Janeiro. O artigo propõe uma reflexão sobre o projeto Porto Maravilha, considerado um legado da Olimpíada 2016, realizada na cidade. O turismo aqui é abordado na ótica do consumo, considerando a cultura como recurso (YÚDICE, 2004), mostrando que a cidade possui capacidade de se reinventar, mas sem esquecer o arcabouço que a constitui culturalmente. No caso em questão, o artigo mostra a justaposição entre a inauguração do Circuito Histórico e

Arqueológico da Herança Africana e a construção de novas formas simbólicas, como os Museus de Arte do Rio e do Amanhã e o AquaRio (aquário da cidade), enunciando um discurso conciliador entre a “tradição da ancestralidade” e a “modernidade da cidade cosmopolita”.

Dialogando com a questão da participação social nas políticas de turismo, oferecendo interessante contraponto aos artigos de Maria Amália de Oliveira e de Maria Helena Carmo, o trabalho de Diego Uliano Rocha propõe o debate sobre as possibilidades e potencialidades da participação social para roteirizações turísticas mais inclusivas a partir do conceito de mapeamento participativo, destacando inclusive que a questão da roteirização turística ainda é pouco trabalhada na área do turismo, desnaturalizando esta configuração, entendida apenas como uma sequência de atrativos a serem visitados, e apontando para o campo de disputas estabelecido pelos atores sociais no processo de turistificação de um espaço, coadunando com a ideia de que uma abordagem processual encaminha a busca de um “turismo responsável”. Para o autor, o conceito de turismo responsável passa pela consideração da atividade turística ser capaz, antes de todas as demais consequências, de promover o bem estar para as comunidades receptoras, através do atendimento de seus interesses nas decisões que envolvam seus espaços de vida, questão esta também desenvolvida nos artigos de Carlos Roberto Cáceres e Fabián Claudio Flores e Darío Windholz. O artigo de Diego Uliano Rocha estabelece dentro do campo turismólogo a categoria de plataformas, sendo linhas de pensamento



sobre a definição, finalidade e formas de aplicação da roteirização turística no Brasil. Estabelecendo tipos ideais para o desenho de plataformas, o autor identifica duas plataformas discursivas: a da iniciativa privada e a governamental. No primeiro caso, privilegia-se somente o olhar do visitante. Este olhar é escrutinado por Urry (2001) no primeiro capítulo de sua obra, o qual alerta que este olhar não é único e varia conforme a sociedade, grupo social e período histórico. No segundo caso, a roteirização turística está relacionada a uma ação política e o autor delinea a atuação do poder público e como isso se traduziu em políticas públicas, inicialmente dialogando com o setor privado, posteriormente englobando os demais atores desta cadeia produtiva. Aqui, mais uma dendrita se configura no debate entre os artigos deste dossiê, sendo desta vez promovida com o artigo de Maria Amália de Oliveira na questão da plataforma discursiva governamental. Para o autor, concordando com uma série de escritos dedicados ao assunto, a roteirização turística predominantemente é lida como uma mercadoria para o setor privado e que, no caso brasileiro, há uma tendência do poder público visualizar o turismo sob a ótica econômica, distanciando-o dos seus compromissos sociais e ambientais. Para o autor, urge a necessidade da inclusão da comunidade neste processo e de que o ato do planejamento de roteiros dialogue com ela, pois diferentes são as representações dos locais visitados, remetendo ao conceito de lugar, ainda a ser melhor e mais explorado por áreas do conhecimento como as ciências sociais e o turismo. Neste ponto, acredito que o norte para esta discussão seja remeter aos conceitos da pesquisa sócio-espacial (SOUZA, 2013),

trabalhados nos artigos de Cássio Lopes da Cruz Novo e Carliane Sandes Alves Gomes (e mais uma dendrita se forma...).

O artigo de Cássio Lopes da Cruz Novo busca aproximar os campos da geografia e do turismo através do estudo dos festivais de música eletrônica. Diferentemente do estudo apresentado por Maria Helena Carmo dos Santos, mas mantendo o viés de se abordar a cultura como recurso (YÚDICE, 2004), aqui um espaço é demarcado territorialmente como forma de se estabelecer um lugar, transitório, descontinuado e configurado diferentemente conforme quem o define (SOUZA, 2013). Há um movimento biunívoco de permanências e emergências onde as cidades qualificam os festivais que hospedam e os festivais atuam no sentido de demandar transformações (mesmo que sazonais, porém com legados que acabam se inscrevendo no *éthos* cidadão) das cidades que os recebem, lançando luz sobre os porquês de determinadas localidades disputarem o sedimento destes eventos com outras, dentro e fora de seus países, e sobre os impactos diretos como o aumento dos preços dos bens e serviços durante os eventos, o congestionamento de trânsito nos locais e problemas referentes ao estacionamento. Porém, o autor não se limita à circunscrição territorial do substrato espacial material dos festivais em si, mas amplia sua análise para os sujeitos que atuam neste espaço geográfico e as particulares transformações que cada um promove sobre esta mesma base, material e simbólica. Abordando as festas como rituais, Cavalcanti (2002) estabelece estes contextos na investigação dos usos e significados dos sentidos humanos da visão e da audição como eixos analíticos potentes, pois permite estabelecer



que tempo e espaço possuam noções diferentes para os diversos grupos que, de alguma forma são impactados pela festa. Esta atuação do corpo individualizado ou coletivizado também envolve o encontro dele com a cidade, seus habitantes e seus recursos, sendo então uma imersão turística mais ampla, não somente aquela compreendida na festividade em seu sentido estrito. O autor destaca que as empresas patrocinadoras destes eventos buscam criar/atrair/potencializar essas experiências individuais/coletivas por meio de ações de marketing para conferir maior visibilidade. Inicialmente, conforme já abordado, estes festivais se tornam *hubs* (segundo o autor, espaços projetados e criados para promover trocas variadas entre diferentes atores no âmbito de um ou mais segmentos/setores como, por exemplo, tecnologia, marketing, inovação, esportes, entretenimento, entre outros) para pesquisa, desenvolvimento e lançamento de ações, produtos e serviços, assim como lugares de inovação no contexto da experimentação contemporânea, lógica temporal trabalhada, por exemplo, na obra de Appadurai (1996). Por fim, cabe destacar que o autor aponta também que, no caso dos festivais de música eletrônica, para além do desejo de experimentar o novo em momentos singulares possuidores de alcance e repercussão global, também há a potencialidade de experimentar eventos festivos de natureza identitária, militante e/ou reivindicativa.

O artigo de Carliane Sandes Alves Gomes também percorre a seara dos rituais no campo da geografia cultural ao analisar a peregrinação cigana para o seu lugar de fé, uma gruta no litoral da cidade francesa de Saintes Maries de L'Mer, no intuito de celebrar

Santa Sara Kali. Aqui, tangenciando com as questões expostas no artigo de Cássio Lopes da Cruz Novo, considerando o acontecer festivo no âmbito das celebrações religiosas, a experiência no espaço construído socialmente imbrica a vivência coletiva neste lugar e a conexão individual do encontro com o sagrado no lugar de fé cigana. Tomando como base o princípio da dinâmica espaço-temporal do turismo religioso presente na peregrinação, este artigo se lança ao desafio de interpretar o ato de peregrinar dos ciganos à *Saintes Maries de L'Mer* como símbolo de encontros entre aspectos da religião e da cultura. A autora busca interpretar sentidos e possíveis significados do ato de peregrinar no âmbito das espacialidades construídas e vividas pelo povo cigano na contemporaneidade, entendendo que o turismo religioso reveste-se em uma configuração atualizada das antigas peregrinações. Para a autora, este ato para o povo cigano é também um símbolo de encontro. O lugar lá está, pleno de significados já estabelecidos, e com uma margem de manobra de desdobramentos reduzida, pois se trata de um movimento em busca de um novo já assentado em bases culturais com condições de contorno bem definidas, pois é a peregrinação ao lugar de fé e de devoção para o povo cigano. Apesar de autores como Nadais (2010), Prazeres (2014), Rocha e Belchior (2016) e Santos (2015) postularem que a prática do turismo religioso ancora-se com mais propriedade em territórios revestidos do caráter de santuários, cabe ressaltar que o turismo religioso está abrindo sendas para experiências de natureza espiritual desenraizadas de qualquer tipo de mediação institucional, como o turismo xamânico (LABATE, 2011), incorporando também



experiências esotéricas, místicas e ufólogas (CARBALLO y FLORES, 2019) (FLORES, 2020), tornando este fenômeno cada vez mais complexo.

O artigo de Fabián Claudio Flores e Darío Windholz se insere no campo do turismo rural e do turismo cultural ao tomar como objeto de estudo as práticas turísticas na Colônia de Santa Anita, localizada na Argentina, propondo-se a investigar os vínculos entre turismo, patrimônio e lugar no entorno deste povoado rural, trazendo elementos da geografia humana (da mesma forma que os artigos de Carliane Sandes Alves Gomes e Cássio Lopes da Cruz Novo), considerando as relações e disputas das partes interessadas, em perspectiva semelhante àquela trabalhada no artigo de Diego Uliano Rocha. Estas disputas inclusive levam os autores a configurarem práticas turísticas “do” e “no” lugar, indicando a contribuição da pesquisa sócio-espacial para a não reificação do patrimônio para somente os níveis histórico e social, formatando interessante visão do turismo como prática espacial e do patrimônio como potencial incrementador de sua objetivação. Segundo os autores, as origens da Colônia Santa Anita estão intimamente ligadas à imigração de alemães do Volga. Este passado diretamente ligado à imigração conjugado no presente, marcado por mudanças nas estruturas produtivas, sociais e culturais apresenta não somente possibilidades diversas na organização social, mas também na organização espacial. A sinergia entre os novos usos do espaço rural a partir da valorização de atrativos naturais e do acionamento da categoria de tradição (associados ao passado dos alemães que para lá imigraram)

conformou o consumo deste recurso, mais uma vez retomando a obra de Yúdice (2004), em seus âmbitos geográfico e cultural. Este artigo também retoma questões apresentadas no artigo de Maria Amália de Oliveira sobre as formas de se pensar o patrimônio por conta da prática turística (que vejo como impulsionadora para o acionamento da memória e de outros dispositivos de significação).

O artigo de Carlos Roberto Cáceres também se insere no campo do turismo rural, porém a partir de um estudo de caso em que a questão da participação dos atores locais na prática turística ultrapassa sua roteirização e configura um turismo comunitário rural suportado por uma rede, reativa e articuladora de famílias rurais excluídas do sistema produtivo agropecuário. O caso apresentado se refere à Rede de Turismo Comunitário, no vale do Calchaquí, na província de Salta, situada na região noroeste da Argentina e pode ser dialogado com outros casos, como os apresentados na obra de Brasileiro et al. (2012). O autor não apresenta um conceito hermeticamente fechado sobre turismo comunitário rural, mas aponta que o fio condutor deste processo é a participação ativa dos moradores locais, os beneficiários diretos de projetos turísticos centrados na conservação ambiental e no desenvolvimento socioeconômico. O autor chama a atenção para o fato do turismo rural comunitário inicialmente ser pensado como um complemento econômico às famílias, as quais continuariam tendo como principal fonte de renda suas já estabelecidas atividades agropecuárias. Entretanto, diante da crise do setor primário, a atividade turística no meio rural foi impulsionada por dois atores: (i) os membros das



comunidades locais, “empurrados” para o setor turístico diante da impossibilidade de se manter a partir das atividades agropecuárias e (ii) a iniciativa privada, que identificou um nicho de mercado de uso das áreas rurais para fins turísticos, baseado no processo de um novo tipo de valoração do espaço rural, tido agora como um patrimônio “natural”, “autêntico” e “puro”. Assim como apresentado no artigo de Fabián Claudio Flores e Darío Windholz, a categoria de tradição é acionada no intuito de se constituir um ideário de “pureza” e de “retorno às raízes” para o turismo rural, retomando a experiência do novo, do diferenciado, daquilo que foge aos paradigmas cotidianos, questão esta ontológica ao se analisar o turismo. Nesta construção, uma idealizada cultura rural (diametralmente oposta a uma suposta cultura urbana) é conformada neste substrato espacial material. O autor também assinala a participação do poder público como elemento estratégico para o desenvolvimento de políticas regulatórias que impulsionaram o turismo rural comunitário, dotando-o de vínculos de responsabilidades entre o Estado e as diferentes comunidades locais. Outro ponto sublinhado no artigo é relativo ao assentimento dos direitos das comunidades indígenas, possibilitando a formação de comunidades étnicas formalmente reconhecidas. Por fim, o autor destaca o turismo como “desculpa”, pois a necessidade de melhorias na infraestrutura de atendimento aos turistas permitiu às famílias locais o acesso mais célere (em relação a outras formas de financiamento) a subsídios através da Rede de Turismo Comunitário, para, por exemplo, acepilharem as casas em que vivem. Cabe ressaltar que todo este processo tem nesta rede um papel fundamental

no empoderamento dos moradores locais dentro do campo de disputas do turismo rural, onde a iniciativa privada encontra-se atuante a disputar capitais dentro desta arena.

O artigo de Darlyne Fontes Virginio, Letícia Cardoso Lourenço, Melissa Raposo Costa, Rian Soares de Mendonça e Thais Andrade Amaral pensa a questão da formação de quadros para atuar no campo do turismo e parte de uma experiência formativa e valorativa para a área do turismo de eventos, considerando os aspectos locais, no caso, a região do litoral sul do Estado do Rio Grande do Norte, evidenciando que os futuros egressos do Curso Técnico Integrado em Eventos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - *campus* Canguaretama - reconhecem a importância de sua formação acadêmica profissional para o setor de eventos da região. Para as autoras, a pesquisa mostra a necessidade dos currículos dos cursos técnicos voltados para as áreas de eventos e turismo possuírem entrecruzamentos epistêmicos. Mas, cabe aqui uma inflexão reflexiva provocada pela atual pandemia da COVID-19, pois as áreas de eventos e de turismo estão entre as mais impactadas (BENI, 2020) (MELLO, 2020). Independente do atual estágio pandêmico que, por hora, vivenciamos, após uma interrupção brusca, determinados eventos voltaram a ocorrer presencialmente (como os esportivos), mediante uma série de medidas restritivas (AQUINO *et al.*, 2020), ou migraram para os ambientes virtuais, demandando reflexões e práticas diferenciadas, as quais podem perfeitamente coexistir, mesmo com a retomada de maior parte dos eventos presenciais. O setor do turismo de eventos possui importância estratégica, mesmo



em locais que dispõe de um significativo arcabouço patrimonial natural e cultural material e imaterial. Coutinho e Coutinho (2007) pontuam que o turista de eventos permanece mais tempo na localidade e triplica seu gasto diário em relação ao turista de lazer. No entanto, Mecca e Gedoz (2020) alertam que a probabilidade do turismo começar a se recuperar como setor estratégico na área de serviços ocorra somente a partir do segundo semestre de 2021.

Enlaces finais

O objetivo do presente texto em introduzir uma discussão sobre as possibilidades de articulação entre as questões da cultura, da memória e do desenvolvimento no campo do turismo permitiu que este escrito apresentasse os artigos do dossiê de forma mais integrada; mas não somente entre eles, também envolvendo outros referenciais. Como recurso metódico, recorri às estruturas geométricas dos rizomas e das dendritas, possibilitando trabalhar com os artigos no intuito de verificar entrecruzamentos e configurar enlaces, nós que não se imbricam, mas que podem ser ligados em mais de uma possibilidade.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, supl. 1, 2020, p. 2423-2446.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.

BARRETTO, Margarita. *Cultura e Turismo: discussões contemporâneas*. São Paulo: Papirus, 2007.

BENI, Mario Carlos. Turismo e COVID-19: algumas reflexões. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, v. 12, n. 3, 2020, p. 1-23.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Segmentação do Turismo e o Mercado*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASILEIRO, Maria Dilma; MEDINA, Júlio César Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide (Orgs.). *Turismo, Cultura e Desenvolvimento*. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

BRITO, Bruno Dantas Muniz de. *Geografia Geral Aplicada ao Turismo*. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

CARBALLO, Cristina Teresa; FLORES, Fabián Claudio (Orgs.). *Geografías de lo Sagrado en la Contemporaneidad*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2019.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Os sentidos no espetáculo. *Revista de Antropologia*, v. 45, n. 1, 2002, p. 37-78.



COUTINHO, Hevellyn Pérola Menezes; COUTINHO, Helen Rita Menezes. Turismo de eventos como alternativa para o problema da sazonalidade turística. *Revista Eletrônica Aboré*, n. 3, 2007, p. 1-13.

FLORES, Fabián Claudio. Prácticas turísticas heterodoxas y lugares sagrados. Experiencias decontactismo en la Zona Uritorco. *Geograficando*, v. 16, n. 2, 2020, e074.

GARCIA, Amauri. *Solidificação: fundamentos e aplicações*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

GAZONI, Jefferson Lorencini; BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes; WIESINIESKI, Lívia Barros (Orgs.). *Pesquisa em Turismo: colaboração, inovação e interdisciplinaridade*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). *O Que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 11-26.

LABATE, Beatriz Caiuby. *Ayahuasca Mamancuna Merci Beaucoup: internacionalização e diversificação do vegetalismo ayahuasqueiro peruano*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MECCA, Marlei Salete; GEDOZ, Maria Gorete do Amaral. COVID-19: reflexos no turismo. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, v. 12, n. 3, 2020, p. 1-5.

MELLO, Erick Omena de. Vulnerabilidade socioeconômica à crise COVID-19: o turismo como fator de alto risco. *e-metrópolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, ano 11, n. 41, 2020, p. 50-57.

NADAIS, Catarina Duarte Fontoura. *O Turismo e os Territórios da Espiritualidade: os caminhos de Santiago em Portugal*. Dissertação (Mestrado em Lazer, Patrimônio e Desenvolvimento) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

ONNO, Atsumi. *Solidificação dos Metais*. São Paulo: Livr. Ciência e Tecnologia, 1988.

PRAZERES, Joana Filipa Silva. *Turismo Religioso: Fátima no contexto dos santuários marianos europeus*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Projetos) – Universidade de Évora, Évora, 2014.

ROCHA, Thiago Vinicius Cipriano; BELCHIOR, Maria Helena Cavalcanti da Silva. A intersecção entre peregrino e turista religioso: os diferentes caminhos ao sagrado. *Revista Turismo em Análise*, v. 27, n. 2, 2016, p. 274-298.

SANTOS, Alberto Pereira dos. Turismo religioso: uma contribuição de geografia humana. *Revista Geo UERJ*, n. 27, 2015, p. 1-22.



SOMMERMAN, Américo. *Inter ou Transdisciplinaridade?: da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre saberes*. São Paulo: Paulus, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAVARES, Giovanna (Org.). *Turismo, Lazer e Negócios*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

URRY, John. *O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001 (1990).

YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.